

Os batistas brasileiros e o ecumenismo: avanços e retrocessos

Brazilian baptists and ecumenism: advances and returns

Valdir Stephanini¹
Julio Cezar de Paula Brotto²

Resumo

Numa sociedade religiosamente plural é inevitável buscar caminhos de diálogo entre as comunidades de fé, buscando construir um mundo mais justo e fraterno, pautado pelos valores do Reino de Deus. O artigo busca refletir sobre os fatores que contribuíram para que os batistas ligados à Convenção Batista Brasileira se tornassem tão refratários ao ecumenismo e como superar isso, em favor do Reino de Deus. Assumiu-se a tese de Hans Küng como novo paradigma para a teologia, a fim de que o Reino de Deus seja expandido e a vontade de Deus seja manifesta entre os seres humanos. Uma eclesiologia ecumênica, que alcance as comunidades de fé e que coloque seguidores e seguidoras de Jesus Cristo lado a lado. Buscou-se as raízes históricas dos batistas para identificar o envolvimento com o movimento ecumênico e as razões porque a maioria das igrejas filiadas à Convenção Batista Brasileira têm se mantido resistentes ao ecumenismo ao longo dos últimos 150 anos, sabendo-se que há batistas abertos ao diálogo ecumênico. A fundamentação teórico-teológica para o movimento ecumênico utiliza textos de Küng e documentos do Concílio Vaticano II. São indicadas possíveis portas de saída para que os batistas filiados à Convenção Batista Brasileira avancem na caminhada com os demais cristãos que também trabalham em favor do Reino de Deus e servem ao mesmo Senhor.

Palavras-chave

Ecumenismo. Batistas brasileiros. Eclesiologia de comunhão. Reino de Deus.

Abstract

In a religiously plural society, it is inevitable to seek ways of dialogue between faith communities, with the purpose of building a more just and fraternal world, guided by the values of the Kingdom of God. The article's motivating question seeks to reflect on the factors that contributed to the baptists linked to the Brazilian Baptist Convention becoming so refractory to ecumenism and how this can be overcome, in favor of God's Kingdom. Hans Küng's thesis was assumed in the sense of a new paradigm for theology, so that God's Kingdom is expanded and God's will is manifested among human beings. An ecumenical ecclesiology that reaches communities of faith and that put together followers of Jesus Christ in their Christian journey. The historical roots of Baptists were sought to identify their involvement with the ecumenical movement and the reasons why most Brazilian Baptist Convention affiliated churches have remained resistant to ecumenism over the past 150 years, especially in a time that there are Baptists groups open to ecumenical dialogue. The theoretical-theological foundation for the ecumenical movement is presented, using texts by Küng and documents from the Second Vatican Council. Possible exits are indicated for baptists affiliated to the Brazilian Baptist Convention to advance along the path with other Christians who also work in favor of God's Kingdom and serve the same Lord.

Keywords

Ecumenism. Brazilian Baptists. Ecclesiology of communion. God's Kingdom.

¹ Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Teologia pela Faculdades EST. Bacharel em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões e coordenador da graduação em Teologia presencial da Faculdade Unida de Vitória (FUV). Contato: valdir@fuv.com.br.

² Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre e bacharel em Teologia pela Faculdades EST. Coordenador da graduação em Teologia EaD da Faculdade Unida de Vitória (FUV). Contato: julio.brotto@fuv.com.br.

INTRODUÇÃO

Uma das principais marcas da religiosidade brasileira é a pluralidade religiosa, embora isso seja realidade somente a partir do final do século XIX. Até então, além da prevalência da Igreja católica romana, reconhecida como a religião oficial do Brasil, alguns grupos viviam na clandestinidade, como as religiões indígenas e afro (BRAKEMEIER, 2003, p. 23). Embora seja essa uma realidade incontestável, ainda existem igrejas protestantes que insistem em se manter isoladas das demais comunidades de fé, restringindo suas relações às igrejas da mesma denominação.

Esta tem sido a realidade das igrejas filiadas à Convenção Batista Brasileira (CBB) que, ao longo de sua história, têm experimentado avanços e retrocessos no que diz respeito ao envolvimento com o movimento ecumênico. Diante disso, esse artigo se propõe a buscar respostas à seguinte pergunta-problema: que fatores contribuíram para que os batistas ligados à Convenção Batista Brasileira se tornassem tão refratários ao ecumenismo e como isso pode ser superado, em favor do Reino de Deus?

Utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como quadro teórico as reflexões de Hans Küng sobre a eclesiologia ecumênica, reverberada nas discussões e registrada nos documentos do Concílio Vaticano II e abraçadas por teólogos e teólogas brasileiros(as) como Elias Wolff, Gottfried Brakemeier, dentre outros, que vêm alimentando as reflexões relacionadas ao movimento ecumênico.

Na primeira seção é feita uma visita à história dos batistas a fim de identificar seu envolvimento com o movimento ecumênico e as razões porque a maioria das igrejas filiadas à Convenção Batista Brasileira têm se mantido tão resistentes ao ecumenismo. A seguir, é apresentada a fundamentação teórico-teológica para o movimento ecumênico, utilizando-se para isso os textos de Küng e os documentos do Concílio Vaticano II. Por último, são apontadas possíveis portas de saída para que os batistas filiados à Convenção Batista Brasileira avancem na caminhada com os demais cristãos que também trabalham em favor do Reino de Deus e servem ao mesmo Senhor.

1 A HISTÓRIA DOS BATISTAS E SUAS RELAÇÕES INTER-DENOMINACIONAIS

Visando contextualizar a temática, nesta seção serão identificadas as raízes da denominação batista e sua vocação para o separatismo. Com esse propósito serão pontuadas algumas teorias quanto à origem das igrejas batistas, sendo potencializada pela influência de um movimento denominado landmarquismo e amenizado por verdadeiros oásis no que diz respeito à relação dos batistas com o movimento ecumênico.

1.1 Uma origem de separação

Stephanini e Brotto (2018) apontam para a existência de quatro teorias quanto à origem das igrejas batistas, que veem sendo divulgadas e sustentadas ao longo do tempo pelos batistas brasileiros.

A *Teoria do sucessionismo orgânico estrito*, uma das mais antigas, que defende uma linha sucessória ininterrupta de grupos de cristãos batistas desde os tempos do Novo Testamento, também conhecida como J, J, J (Jerusalém, João, Jordão) baseada no livro *O rastro de sangue*, de um pastor batista americano denominado James Milton Carroll (STEPHANINI; BROTTTO, p. 426). Mesmo recebendo muitas críticas por parte até mesmo dos próprios batistas, uma vez que não resiste a uma averiguação documental, essa teoria contribuiu muito para a configuração das igrejas batistas da Convenção Batista Brasileira, especialmente no que tange à indisposição ao diálogo ecumênico, uma vez que a ideia da sucessão eclesiástica, a partir das igrejas do Novo Testamento até as igrejas batistas da atualidade, fez com que os batistas se tornassem exclusivistas por muito tempo, entendendo serem eles e somente eles os portadores do genuíno Evangelho e da autêntica eclesiologia. Entre os batistas, pensava-se que “os batistas eram ao mesmo tempo autônomos em suas igrejas individuais, mas também os únicos autênticos habitantes do Reino de Deus e os legítimos descendentes da antiga tradição cristã” (STEPHANINI; BROTTTO, p. 426).

A *Teoria do sucessionismo espiritual*, semelhante à anterior, possui um diferencial, a tese de que há, sim, uma sucessão direta entre as primeiras comunidades cristãs e o movimento batista, mas de cunho espiritual, uma “trilha da verdade”, ou seja, um conjunto de ensinamentos bíblicos esposados pelo Novo Testamento que vem sendo seguido por grupos de cristãos ao longo dos séculos, com os quais as igrejas batistas se identificam (STEPHANINI; BROTTTO, p. 427).

A *Teoria do parentesco anabatista*, ligando as igrejas batistas ao mencionado movimento que surgiu no início do século XVI.

Esse grupo teve início em 1525, quando alguns jovens sentindo-se, equivocadamente, incentivados pelo reformador Ulrich Zwínglio, submeteram-se a novo batismo, rejeitando a submissão a qualquer poder eclesiástico, fosse católico ou reformado, defendendo total autonomia das comunidades cristãs em relação a qualquer hierarquia religiosa ou política. (STEPHANINI; BROTTTO, p. 428).

A *Teoria separatista britânica*, como o próprio nome identifica, afirma que as igrejas batistas nasceram dentro do movimento separatista que surgiu na Igreja anglicana, no início do século XVII, dando origem a várias denominações, inclusive a denominação batista (STEPHANINI; BROTTTO, p. 429). Das quatro, essa é a teoria mais consistente, como também entende Benilton Carlos Bezerra, segundo o qual “os historiadores modernos são unânimes em

reconhecer que os batistas surgiram na primeira metade do século XVII” (BEZERRA, 1960, p. 14).

Dito isso, é compreensível que o movimento batista tenha muitas reservas quanto ao movimento ecumênico, uma vez que nasceu de forças que preconizavam a separação, não a união. Embora haja uma distância histórica considerável dos eventos e correntes citados, não há como ignorar que a força das tradições perpassa séculos e permanecem influenciando os pensamentos e percepções, principalmente das lideranças que tendem a manter o controle institucional.

1.2 A influência landmarquista

Influenciados pelo movimento landmarquista³ (STEPHANINI, 2016, p. 30), que potencializou a *Teoria da sucessão orgânica estrita* dos batistas, os americanos e por extensão os batistas brasileiros, construíram a concepção de que “são o único grupo institucional que, numa linha ininterrupta, sucede historicamente as igrejas do Novo Testamento” (NOVAES, 2012, p. 11). As consequências foram catastróficas para a convivência e comunhão entre os batistas e outros grupos cristãos, desde o não compartilhamento do pão e do cálice na ceia do Senhor, o rebatismo das pessoas provenientes de outras comunidades de fé protestantes até a indisposição reiterada na participação de movimentos ecumênicos como o Conselho Mundial de Igrejas.

Novaes entende que “valorizando a opinião do indivíduo sobre o coletivo e a autonomia soberana acima de qualquer representação hierárquica ou episcopal, os batistas aprenderam rapidamente a contestar ideias que lhes parecessem antibíblicas e a causarem rupturas institucionais” (NOVAES, 2012, p. 12).

Esse dado é esclarecedor quando se constata a forte resistência dos batistas em participar de iniciativas ecumênicas ao longo de sua história. Entretanto, quando se analisa o princípio da competência do indivíduo e a liberdade de consciência, parece haver uma incoerência. Fazendo essa análise, Novaes acentua:

³ Landmarquismo é um termo disseminado a partir de 1856 pelo editor do jornal *The Tennessee Baptist*, James R. Graves. Este termo é extraído da publicação de um panfleto de James M. Pendleton: *An old landmark re-set* (“Um antigo marco divisório recolocado”), uma alusão a Provérbios 22,28: “Não removas os antigos limites que teus pais fizeram”. Os landmarquistas defendem que: a Igreja é somente uma congregação local e visível, não existindo a tal “Igreja universal” ou “Igreja invisível”; o batismo só é válido quando realizado por uma Igreja batista local corretamente constituída; a ceia do Senhor somente deve ser ministrada para membros da congregação local; as cartas de Paulo eram [e são] destinadas exclusivamente a igrejas locais; uma “linhagem” batista histórica pode ser traçada desde os tempos de João Batista; os batistas não são protestantes, e não devem aceitar ordenanças de outros grupos evangélicos. Além disso, a teoria sobre a origem dos batistas defendido pelo landmarquismo é a *Teoria de sucessão apostólica* postula que os batistas atuais descendem de João Batista e que a Igreja continuou através de uma sucessão de igrejas (ou grupos) que batizavam apenas adultos, como os montanistas, novacianos, donatistas, paulicianos, bogomilos, albigenses, cátaros, valdenses e anabatistas (STEPHANINI, 2016, p. 30).

É interessante que os princípios da competência do indivíduo e da autonomia congregacional, em vez de abrirem as portas para convivências plurais e diversificadas, resultaram muitas vezes na imposição do isolamento e do pensamento único em lamentáveis demonstrações de insuspeita intolerância (NOVAES, 2012, p. 12).

Falando sobre a influência do movimento landmarquista, Israel Belo de Azevedo cita uma pergunta retórica feita por um de seus mais destacados representantes, o pastor e teólogo norte-americano, James Robinson (1820-1893):

Podem os batistas, coerentemente com seus princípios ou as escrituras, reconhecer aquelas sociedades, não organizadas de acordo com o modelo da Igreja de Jerusalém, mas possuidoras de um governo, oficiais diferentes, diferentes tipos de membresia, diferentes ordenanças, doutrinas e práticas, como a igrejas de Cristo? Podem elas ser chamadas de igrejas do Evangelho, ou igrejas num sentido religioso? Podemos coerentemente chamar de irmãos aqueles que professam o cristianismo, mas que não somente não têm as doutrinas de Cristo e não caminham de acordo com seus mandamentos, mas se postam em direta e dura oposição a eles? (AZEVEDO, 1996, p. 128).

Os velhos landmarquistas centralizaram sua eclesiologia na primazia da Igreja local, que deve ser composta de crentes batizados (por imersão), razão por que as igrejas pedobatistas⁴ (conforme o vocabulário da época) não poderiam ser reconhecidas como igrejas verdadeiras, mas apenas como sociedades religiosas; seus ministros não poderiam receber autoridade para pregar numa Igreja batista, nem deveriam ser chamados de ministros do Evangelho (AZEVEDO, 1996, p. 128).

A influência landmarquista trazida para o Brasil através de missionários americanos pode ser vista pelos escritos destes missionários ao se comunicarem com a missão americana: “Uma Igreja batista não pode estar em absoluta fraternidade com instituição alguma fora de outra Igreja batista” (BAGBY, 1884 apud AZEVEDO, 1996, p. 212). Note-se aí um completo exclusivismo que levou as primeiras comunidades batistas ao isolacionismo em relação até mesmo às outras igrejas protestantes. Colocava-se condições para que houvesse diálogo: “É preciso que a pessoa, instituição ou Igrejase harmonize primeiro com o evangelho, para que assim possa estar em completa e absolutas relações fraternais com as igrejas batistas” (BAGBY, 1884 apud AZEVEDO, 1996, p. 212). Por aí, pode-se compreender a aversão dos batistas ao ecumenismo pois estas concepções fizeram parte da definição da identidade das primeiras igrejas batistas, com influência direta na sua historiografia, na sua concepção eclesiológica, seu engajamento político e na forma como se relacionavam com outros grupos, dando origem a uma denominação marcada pelo isolacionismo e o antiecumenismo.

Com o passar do tempo a influência landmarquista foi diminuindo e passou-se a reconhecer as outras comunidades protestantes como igrejas, sem contudo, permitir que houvesse um envolvimento ecumênico. Neste caso, há uma comunhão parcial, mais de respeito e menos

⁴ Alguém que batiza crianças por aspensão, ablução ou imersão (tradução livre). Definição disponível em: <<http://www.reformedreader.org/history/pugh/glossary.htm>>. Acesso em: 22 maio 2021.

de diálogo, por questão de princípio. Mais na convivência entre os membros, no cotidiano, do que em ações desenvolvidas a fim de cumprir a missão da Igreja através da unidade, como Jesus orou ao pai: “a fim de que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17, 21).

1.3 Oásis no deserto

Apesar de toda a influência norte-americana sobre a visão ecumênica dos batistas brasileiros, a questão ecumênica sempre permeou as discussões de determinados grupos de batistas. Na década de 1960, a questão ecumênica foi muito discutida pelos batistas em suas assembleias. Na 50ª Assembleia Anual da Convenção Batista Brasileira, realizada em 1968, na cidade de Fortaleza os convencionais discutiram sobre o movimento ecumênico, então potencializado com a abertura da Igreja católica ocorrida no Concílio Vaticano II. A conclusão a que chegaram revela um posicionamento contrário ao envolvimento das igrejas batistas com o ecumenismo (STEPHANINI, 2016, p. 152). O historiador batista José dos Reis Pereira escreveu um artigo no *Jornal Batista*, órgão oficial da Convenção Batista Brasileira, para comunicar aos batistas de todo o Brasil qual foi o posicionamento da referida assembleia:

São intensos os esforços das correntes ecumenistas no Brasil, que já tem conseguido envolver vários grupos evangélicos, muitos pastores e, até mesmo pastores batistas. Somos contra o movimento ecumenista porque visa uma união artificial dos cristãos, que não nos parece ser aquela união ideal desejada por nosso mestre Jesus Cristo (STEPHANINI, 2016, p. 152).

É inegável que sempre houve pastores batistas que participaram de congressos e movimentos Interdenominacionais, como o Congresso de Lausanne⁵ e dado grande contribuição na criação de órgãos de cunho ecumênico como a Fraternidade Teológica Latino-americana (FTL).⁶ Trata-se de um ecumenismo velado, que não conta com a simpatia nem o aval da denominação, mas também não impede a participação destes pastores na vida denominacional.

Ao longo de toda a sua história, os batistas abrigaram em seu seio uma diversidade de pensamentos, sem a preocupação de uniformização de seus membros, até por conta do valor e da importância que dão às competências do indivíduo e à liberdade. Não existe apenas um jeito de ser batista e a diversidade é uma marca que acompanha esse povo ao longo de sua trajetória, sendo vista por alguns como a sua maior fraqueza e por outros como a sua maior riqueza (STEPHANINI, 2016, p. 152-153).

Como afirma Walter Buddy Shurden: “O que quer que se diga sobre os batistas, eles são muito diferentes entre si e que embora ameaçadora para alguns e completamente

⁵ Interessante notar que um dos principais líderes e mentores do Congresso de Lausanne foi o famoso pastor batista Billy Graham, considerado um dos mais importantes pregadores batistas do século XX.

⁶ Robinson Cavalcanti, em texto produzido na Consulta da FTL. Disponível em: <<https://xdocs.com.br/doc/o-congresso-de-lausanne-e-a-missao-integral-da-igreja-por-robinson-cavalcanti-pdf-xn45yrgv3oj>>. Acesso em: 22 maio 2021.

devastadora para outros, a diversidade flui naturalmente da preocupação batista com o direito de escolha” (2005, p. 17).

Há batistas que são terminantemente contrários a qualquer movimento que conduza o povo, as igrejas e a denominação em direção ao ecumenismo. Aliás, este é um posicionamento que tem sido recorrente nas assembleias anuais da Convenção Batista Brasileira há décadas. Desde a 50ª assembleia realizada em Fortaleza, em janeiro de 1968, ocasião em que foi votado uma longa moção antiecumenista, o tema entra em pauta e o resultado é bastante semelhante. Na assembleia realizada em 1969, na cidade de Niterói, a decisão foi que os batistas do Brasil, fiéis à Bíblia e coerentes com sua firme posição doutrinária e intransigentes na manutenção de seus princípios, recusam participar das atividades diretas ou indiretas do movimento ecumênico pró-união cristã. Nas assembleias seguintes, o tema voltou à tona, mas sempre com a mesma decisão convencional (REIS, 1971, p. 20).

Entretanto, mesmo em meio a esse deserto, pode-se encontrar verdadeiros oásis, dentre os quais podem ser mencionados os batistas ingleses, norte-americanos e de outras partes do mundo que não se negam em participar do movimento ecumênico, em busca da unidade da sua Igreja, preconizada pelo próprio Jesus Cristo.

Segundo Bezerra, “os batistas ingleses e os batistas do norte dos Estados Unidos como outros de diferentes nações europeias e asiáticas se têm imbuído da união ecumênica e cooperam com o Concílio Mundial de Igrejas” (BEZERRA, 1960, p. 48).

Como exemplos nessa abertura para o engajamento com outros cristãos, visando a expansão do Reino de Deus, foi a própria criação da Aliança Batista Mundial, na Inglaterra, em 1905. Um dos principais organizadores foi John Howard Shakespeare (1857-1928), que atuou como secretário da União Batista da Inglaterra por 26 anos e organizou o primeiro congresso da Aliança Batista Mundial, tendo sido eleito secretário dessa instituição, cuja função desenvolveu até sua morte. Tinha mente aberta para o ecumenismo. O primeiro presidente da Aliança Batista Mundial foi John Clifford (1836-1923) era defensor do ecumenismo e teria dito “temos aprendido a ser fiel à consciência, sem ser exclusivistas; e a insistir na lealdade a Cristo, sem confundi-la com lealdade a nós mesmos” (BEZERRA, 1960, p. 81).

Ao longo desses 115 anos, a Aliança Batista Mundial tem reunido cristãos de diversas denominações batistas, mantendo diálogo com outros grupos protestantes e católicos. Barros afirma:

a Aliança Batista Mundial (BWA) é uma entidade que reúne cerca de 214 diferentes uniões, associações e convenções batistas do mundo todo com representatividade em muitos fóruns mundiais e que tem desenvolvido uma postura de diálogo ecumênico e inter-religioso, a despeito de reações de outros grupos de batistas que discordam. (BARROS, 2012, p. 14).

Como sinal dessa abertura ecumênica, há mais de 30 anos a Aliança Batista Mundial iniciou diálogos formais com o Vaticano em busca de caminhos de encontro e reconciliação. O teólogo colombiano Harold Segura foi um dos participantes de um desses diálogos, em Buenos Aires, em dezembro de 2000, quando se reuniu com o cardeal Walter Kasper e mais cinco representantes de João Paulo II (SEGURA, 2007, p. 10). Em nível latino-americano pode-se mencionar o diálogo que a União Batista Latino-americana vem mantendo com outras igrejas, inclusive com a Igreja católica. Tanto que o teólogo e escritor colombiano Harold Segura, ex-reitor do Seminário Teológico Batista Internacional de Cali, na Colômbia, e membro da comissão teológica do Conselho Latino-americano de Igrejas (CLAI), foi um dos oito observadores não católicos convidados pelo cardeal Walter Kasper, presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos de 2001 a 2010, para participar da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, realizada em Aparecida, em maio de 2007, tendo participado com a chancela da União Batista Latino-americana (SEGURA, 2007, p. 10).

A CBB, por sua vez, embora fazendo parte da Aliança Batista Mundial, enquanto denominação mantém-se alheia ao movimento ecumênico. Entretanto, mesmo diante da resistência da Convenção Batista Brasileira em relação ao ecumenismo, há batistas que são abertos a essa ideia e sentem necessidade de que haja uma abertura também em nível denominacional. Como exemplo disso, pode-se citar o surgimento da Aliança de Batistas do Brasil (ABB), em 2005, “uma entidade batista de caráter ecumênico, dedicada entre outras tarefas ao diálogo constante com outras tradições cristãs e religiosas” (SILVA, 2012, p. 141). Esse grupo, que nasceu na região Nordeste do Brasil, tem proposta de uma

espiritualidade integral, celebrando a diversidade, o respeito às diferenças, a busca constante do diálogo, a inclusividade e a hospitalidade a todos e todas, a solidariedade com os pobres, o cuidado com o planeta, a luta incansável pela justiça, a educação continuada, e a criação de um modelo de liderança marcado pela equidade, colegialidade e diversidade (SILVA, 2012, p. 14).

Note-se que muito além do aspecto estritamente ecumênico, a ABB propõe um cristianismo aberto ao diálogo, ainda que se mantendo fiel à identidade batista. Claro que está pagando um alto preço por adotar essa postura. Além de muitas críticas, a ABB tem enfrentado muitas incompreensões e retaliações por parte dos batistas ligados à Convenção Batista Brasileira, sobretudo o não reconhecimento como uma organização denominacional (STEPHANINI, 2016, p. 154).

2 UMA PROPOSTA TEOLÓGICA SEMPRE NO CAMINHO DO DIÁLOGO

O objetivo dessa seção é olhar para o teólogo Hans Küng e sua contribuição teológica para todos os cristãos, inclusive os de linhagem protestante. Sua proposta teológica, ao longo de

seus 91 anos de idade, esteve alinhada, sempre, com os desafios da humanidade. À medida que amadurece, ganha ares de teologia do diálogo, que propõe em todo o tempo não uma teologia fechada, hermética, mas uma *Teologia a caminho* (KÜNG, 1999). Por essa razão pode ser chamado, adequadamente, de teólogo ecumênico. Poderia também ser designado como o teólogo do diálogo.

2.1 Hans Küng: breve percurso do teólogo ecumênico e do diálogo

O pensamento teológico de Hans Küng sempre trilhou por uma caminhada que nunca se esgotou e se enclausurou no passado. O teólogo suíço⁷ sempre teve como compromisso maior olhar as necessidades dos seres humanos e do planeta Terra, refletindo a partir daquilo que cada época lhe inquiria, partindo dos desafios que se apresentavam pelas mudanças e pelas crises *do tempo presente, da vida vivida*. Küng foi, por um lado, aplaudido por alguns e, desacreditado por outros, sempre em função da sua obra teológica que foi tida como progressista, incômoda, contrária ao que preconizava o *maïstream*, crítica e rebelde. Porém, Küng tinha compromisso com a fé cristã, e é justamente o exercício dessa fé que o leva a se manifestar criticamente diante dos dilemas originados nas ações da sociedade. O pensamento de Küng orbitou em torno de categorias teóricas como ecumenismo, diálogo inter-religioso, paz e ética mundial, categorias que levaram muitos a refletirem sobre elas e sobre o futuro da humanidade. Se há uma expressão privilegiada que poderia ser usada para descrever a teologia de Küng, essa expressão pode ser retirada do título de um de seus livros, *Teologia a caminho*.

Nas obras da década de 1960, Küng trabalhou os aspectos teológicos e eclesiológicos relacionados ao diálogo ecumênico, justificação, reforma da Igreja e infalibilidade do papa. Na década de 1970, articulou o diálogo com o mundo não crente. Como reafirmar a condição de cristão num tempo de secularização para alcançar os que não acreditavam na existência de Deus? Nos anos de 1980 e 1990 encontramos um homem dedicado à reflexão sobre as grandes religiões mundiais. De 2000 até 2021 quando veio a falecer, refletiu sobre os povos e as religiões praticadas na Oceania, África, Índia, China, propôs um projeto para a humanidade e refletiu sobre a reforma das igrejas. Gibellini resume bem a produção de Küng nas últimas três décadas:

1. Chegada em novas margens (depois do processo romano);
2. Uma nova visão (para além da eclesiologia);
3. Explorações em novas terras (as culturas e as religiões);
4. A minha década americana (com a docência em Chicago e os contatos e colaborações no vasto e movimentado canteiro de obras teológico norte-americano);
5. O meu mundo do islã;
6. O meu mundo do judaísmo;
7. O mundo dos oceânicos, africanos e índios;
8. O meu mundo das

⁷ É importante destacar que Hans Küng é um teólogo católico, e em princípio o referencial teológico dele poderia ser considerado bastante distante para os batistas brasileiros, principalmente àqueles que são resistentes ao ecumenismo. Contudo, é exatamente em virtude das provocações teológicas de Küng que intencionalmente optou-se por lançar mão dos aspectos descritos na seção acima. Também não houve interesse dos autores em tecer uma argumentação mais ampla sobre as ideias de Küng em função do espaço do artigo.

religiões da Índia; 9. O meu mundo das religiões da China; 10. O projeto *Weltethos*: um *ethos* para a humanidade; 11. O problema permanente da reforma das Igrejas; 12. Na noite da vida (GIBELLINI, 2013).

Não seria possível encerrar essa seção sem assinalar o pensamento de Kung com uma citação de sua lavra que sintetiza o projeto ecumênico de uma vida inteira. “Não há sobrevivência sem uma ética mundial. Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. Sem paz entre as religiões não haverá diálogo entre as religiões” (KÜNG, 2001, p. 7).

Na próxima seção será analisada a contribuição do Concílio Ecumênico Vaticano II para a construção de uma teologia ecumênica e de um projeto de diálogo inter-religioso.

2.2 Concílio Ecumênico Vaticano II: uma brisa refrescante para a tradição cristã católica

A Igreja Católica Apostólica Romana mostrou-se muito relutante até meados do século XX ao paradigma ecumênico. Certamente aspectos culturais, como a atitude anticatólica protestante e a resistência católica pelo fato de que o movimento ecumênico ter nascido no seio protestante com o Conselho Mundial de Igrejas, alimentaram essa relutância católica. Não se pode deixar de enfatizar que aspectos teológicos, principalmente a concepção eclesiológica da Igreja católica, sempre foi um obstáculo ao paradigma ecumênico que propõe unidade com as demais igrejas das diversas vertentes cristãs. Prova dessa relutância reside no fato de que o

próprio magistério católico recusou, reiteradas vezes, os convites para participar de momentos que marcavam progressos na estruturação do movimento ecumênico, como na ocasião da Conferência de Edimburgo (1910), na criação dos organismos “Vida e Ação” (1925) e “Fé e Constituição” (1927), na assembleia de fundação do Conselho Mundial de Igrejas (1948) (WOLF, 2015, p. 4).

Teólogos como Yves Congar, Karl Rahner, Hans von Balthasar e Jean Daniélou podem ser considerados pioneiros na reflexão de uma teologia ecumênica. Enormes mudanças ocorreram na Igreja católica em decorrência direta do Concílio Vaticano II (1962-1965). “A Igreja católica, reconhecendo-se internamente como povo de Deus e sacramento de Cristo (*Lumen gentium*), ampliou sua relação com o mundo (*Gaudium et spes*), e com as demais religiões (*Nostra aetate*)” (BROTTO, 2016, p. 83).

O papa João XXIII percebeu, juntamente com vários teólogos católicos, que a tradição cristã católica tinha se afastado do mundo da vida, o que gerava também afastamento das demais tradições cristãs e religiões não cristãs. Ele partilhou um desejo, que ficou conhecido como *aggiornamento*; o desejo de que a tradição cristã católica tornasse sua mensagem relevante para o mundo em função das necessidades do mundo. Para tanto, convocou o Concílio Vaticano II que, ao se concretizar, confirmou ser aquilo que o papa almejava, uma brisa

refrescante para a tradição cristã católica (MIRANDA, 2006, p. 232). O concílio certamente influenciou na compreensão da teologia ecumênica.

O Concílio Vaticano II foi o vigésimo terceiro concílio ecumênico da tradição cristã católica, e contou com a participação de mais de dois mil e seiscentos bispos de todos continentes e culturas, sendo descrito pelo papa João XXIII como o maior dos concílios já realizados em termos de representação mundial (BROTTO, 2016, p. 98).

O Concílio Vaticano II indica uma nova compreensão da identidade da Igreja, a partir de sua própria compreensão, dando nova definição ao relacionamento da Igreja com o mundo, estabelecendo abertura com as demais tradições cristãs e outras crenças. Um empreendimento nunca visto antes na história da tradição cristã católica em busca de autoexame eclesiológico. A época era favorável para a mudança e busca por um novo modelo de igreja. Os líderes eclesiásticos pavimentaram adequadamente o terreno para que a Igreja católica aderisse esse novo modelo, assumindo no âmbito mundial da fé cristã a responsabilidade de uma postura ecumênica. A partir do pronunciamento oficial do papa João XXIII sobre o Vaticano II, a noção do ecumenismo se alarga, criando condições da participação da Igreja católica, por meio da reinterpretção de conceitos. Brakemeier resume esses conceitos da seguinte maneira:

a) O concílio, ao referir-se à Igreja, privilegiou o conceito “*povo de Deus*” em lugar do tradicional “*corpo de Cristo*”, sem que este fosse suprido. Ora, o povo de Deus é mais abrangente do que o conjunto de membros de uma instituição eclesiástica; b) O concílio afirmou que a Igreja de Cristo “*subsiste*” na Igreja católica romana, dando a entender que ela poderia subsistir também em outras igrejas. Não há identidade entre Cristo e a Igreja, e sim apenas analogia; c) É reconhecida uma *co-responsabilidade de católicos* nas cisões da Igreja havidas no passado; d) Afirma-se uma “*hierarquia de verdades*”, ou seja, distinguem-se entre verdades centrais e outras mais periféricas. O culto aos santos, por exemplo, não teria o mesmo peso como doutrina da justificação por graça e fé. Isso facilita o entendimento ecumênico; e) Admite-se haver também fora da estrutura da Igreja católica “*elementos de santificação e de verdade*”. Assim o constata a constituição dogmática “*Lumen gentium*”. Portanto, começa a tornar-se permeável o exclusivismo católico-romano. O batismo e a fé criam comunhão, embora imperfeita, com a Igreja católica, exigindo o reconhecimento mútuo como irmãos e irmãs em Cristo; f) Constata-se que a catolicidade da Igreja de Jesus Cristo ainda não alcançou a plenitude, enquanto não removidas as rupturas em seu corpo. Sem a “*re-integração da unidade*”, pois sofre prejuízo a qualidade católica da Igreja. Tarefa do ecumenismo é exatamente a recuperação da mesma. *A integridade da Igreja exige a reunificação de todos os seus membros.* (BRAKEMEIER, 2004, p. 51-52, grifos do autor).

Pelo resumo dos principais pontos acima destacados é possível afirmar que o Concílio Vaticano II gerou uma mudança muito significava porque passa a influenciar o pensamento de cristãos no mundo inteiro, promovendo vários diálogos internacionais. Pelo fato de nunca serem simples as mudanças, assim como não são de pronto aceitas por todos os documentos elaborados pelo concílio, se tornaram objeto de lutas dentro da Igreja católica, em função da

perspectiva de alas progressistas e conservadoras, algo que era quase esperado e até mesmo anunciado. Ainda que alguns concluam que há setores da Igreja católica que se movem na contramão do ecumenismo, há sempre um sopro do *aggiornamento* esperado pelo papa João XXIII, como se pode ver na encíclica *Ut unum sint* do papa João Paulo II, quando ele declara que o compromisso ecumênico da Igreja católica é irreversível (BRAKEMEIER, 2004, p. 53). Certamente, a maioria dos cristãos espalhados pela face do planeta Terra assentiriam a afirmação de João Paulo II com um retumbante *amém!*

Após analisar a importância do Concílio Vaticano II para o processo de abertura da Igreja católica para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, cumpre na seção seguinte olhar para os desafios dos batistas brasileiros em relação ao ecumenismo, aspecto fundamental do artigo.

2.3 Desafios para os batistas brasileiros em relação ao ecumenismo (com as demais denominações protestantes e com a Igreja católica)

Ao olhar para o passado recente das igrejas batistas brasileiras filiadas à CBB, não é possível registrar positivamente atitudes que possam ser listadas e elogiadas com relação a uma prática ecumênica. Tema tratado de forma conservadora e fundamentalista, nunca foi de fato estudado pela CBB, com a real prudência que necessitava ser dispensada à temática, e não houve disposição dialogal para propor uma hermenêutica existencial em torno do mesmo.

Podem ser apontados diversos obstáculos que ainda imperam no seio da maioria das igrejas batistas brasileiras filiadas à CBB que são impeditivos de uma aproximação desarmada e desapassionada sobre o tema do ecumenismo. Pelo menos três aspectos parecem ser os mais fundamentais, a saber: fundamentalismo, proselitismo e o exclusivismo. Esses obstáculos poderiam com facilidade ser estendidos para outras denominações denominadas evangélicas em terras tupiniquins. Pelo espaço do artigo, não serão abordadas esses obstáculos detidamente, visto que cada um deles poderia ser desenvolvido em artigo separado.

O fundamentalismo do início do século XIX pavimenta suas formulações para opor-se ao que era considerado como desvio das verdades bíblicas da fé reformada, em função do que alegava ser o propósito de um segmento considerado como modernismo teológico. “O fundamentalismo, apesar da atual extensão do termo, é um movimento religioso-teológico, de origem protestante, surgido nos EUA, nas primeiras décadas do século XX, inicialmente em reação ao “modernismo” ou ao “liberalismo” teológico” (CAMPOS, 2009, p. 73). Há uma recusa completa com relação às ciências da natureza, especificamente a teoria da evolução, do naturalismo e a noção de que o mundo é governado por leis universais e da utilização dos estudos provenientes das religiões comparadas para analisar a fé cristã. “O objetivo da hermenêutica bíblica no fundamentalismo, é a escuta direta da Palavra de Deus que irá confirmar, ao final, as verdades doutrinárias e morais componentes do ideário fundamentalista”

(ZABATIERO, 2009, p. 141). A CBB, de forma geral, continua refém de uma hermenêutica dos moldes fundamentalista, sem abertura para uma hermenêutica existencial ou da vida.

O proselitismo é uma característica batista que impede significativamente uma aproximação com o movimento ecumênico, visto que a denominação é proselitista em sua origem e desenvolvimento. Proselitismo é

um modo de agir não conforme ao espírito evangélico, enquanto se usam meios desonestos para atrair os homens à sua comunidade. Os meios, métodos e mentalidade próprios do proselitismo contradizem os princípios de uma ética de evangelização, pois não respeitam a dignidade da pessoa humana, os direitos e o valor eclesial dos outros grupos ou de denominações cristãs, nem a peculiaridade do ato de fé como resposta do homem à Palavra de Deus, em Jesus Cristo, na liberdade, verdade e caridade. (SCHLESINGER; PORTO, 1982, p. 219).

Consoante à citação acima percebe-se que as atitudes de oposição ao catolicismo, ao pentecostalismo, ao espiritismo e às religiões de matriz afro-brasileiras são justificadas pela necessidade de promover a conversão dos fiéis desses segmentos.

O exclusivismo dos batistas é impeditivo para uma hermenêutica ecumênica porque ainda é possível ouvir o ecoar do lema antigo de que *fora da Igreja não há salvação*, ainda que na seara batista. É claro que essa frase nunca foi proferida em ambientes batistas, mas a prática da noção que ela traduz está muito próxima quando é afirmado de maneira categórica que as doutrinas batistas são competentes para interpretar a Palavra de Deus de forma inerrônea, ou quando é afirmado que a Igreja batista está diretamente vinculada à Igreja cristã primitiva, como visto na primeira seção do artigo.

Há, porém, um sopro do Espírito Santo que está trazendo certo *aggiornamento* para as igrejas batistas. O melhor exemplo dessa brisa vem da criação da Aliança de Batistas do Brasil.⁸ Ainda é uma brisa muito leve, mas que aponta enormes possibilidades de abertura para com uma hermenêutica ecumênica. Em sua *Carta de compromissos e princípios*⁹ é possível ler na afirmação III que buscam a “relação ecumênica com todo o corpo de Cristo manifesto nas várias tradições cristãs, a cooperação e o diálogo inter-religioso” (ALIANÇA DE BATISTAS DO BRASIL, 2005). Outro fato de destaque e que também aponta para novos tempos foi a eleição, pela primeira vez, em agosto de 2019, do pastor batista Mayrinkellison Wanderley para a diretoria do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC). Há muito chão a ser percorrido, mas há esperança no caminho.

⁸ Mais informações sobre a Aliança de Batistas do Brasil disponíveis em: <<https://aliancadebatistas.org/>>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁹ Disponível em: <<https://aliancadebatistas.org/quem-somos>>. Acesso em: 20 maio 2021.

3 CAMINHOS QUE CONDUZEM AO DIÁLOGO PARA OS BATISTAS BRASILEIROS

Nesta terceira e última seção, temos como propósito apontar alguns possíveis caminhos que viabilizem o avanço das igrejas batistas filiadas à CBB em direção ao movimento ecumênico, entendendo que “a história do movimento ecumênico mostra que o caminho da unidade é lento e difícil, mas viável, necessário e irreversível” (WOLFF, 2007, p. 124). Para tanto, com essa abordagem pretende-se contribuir para que os batistas que já caminham em diálogo potencializem ainda mais seus esforços nessa direção e aqueles que ainda não se deram conta da necessidade dessa providência, tenham a oportunidade de rever seus posicionamentos e avancem na direção da unidade preconizada por Jesus Cristo.

3.1 O imperativo da busca pela unidade

O primeiro passo na direção do engajamento no movimento ecumênico é tomar consciência de que a unidade dos cristãos e cristãs expressa a vontade explícita de Deus nas palavras de Jesus Cristo quando orou ao Pai, cujas palavras estão registradas no Evangelho de São João, 17, 20-23.

Se os batistas creem na Trindade divina, como de fato creem,¹⁰ é imperativo que se abram para o diálogo, uma vez que a unidade dos cristãos e cristãs preconizada por Jesus Cristo fundamenta-se na relação da Trindade divina, como fica claro no texto destacado acima.

Além do mais, já é tempo de se reconhecer que nenhuma comunidade de fé isoladamente consegue viver ou transmitir o Evangelho em sua totalidade, como afirma Wolff.

Divididas, as diferentes igrejas correm o risco de apresentarem apenas facetas ou vultos fragmentados de Cristo e do seu evangelho de modo que a diversidade de igrejas, nesse caso, dificilmente pode ser expressão positiva da pluralidade dos caminhos compreendidos como riquezas doadas pelo Espírito para o encontro com Jesus Cristo (WOLFF, 2007, p. 29).

Por aí pode-se notar a necessidade da abertura para o diálogo ecumênico, percepção dos(as) missionários(as) que impulsionou o surgimento do movimento ecumênico (BRAKEMEIER, 2004, p. 33) e que vem alimentando o sonho ecumênico nos últimos 100 anos.

Bastos e Moltmann entendem que “o ecumenismo é, hoje, mais do que uma oportunidade. Ele é mesmo um grande e intransferível imperativo. O seguimento autêntico de Jesus Cristo presume o acolhimento caridoso de todos os que desejam viver a prática sincera do amor desinteressado e solidário” (BASTOS, 2016, p. 84).

Se o seguimento autêntico de Jesus Cristo é uma preocupação dos batistas brasileiros, como parece ser, o ecumenismo haverá de se manter na pauta das discussões da CBB até que

¹⁰ Ver a *Declaração doutrinária da Convenção Batista Brasileira*. Disponível em: <http://www.convencobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=22>. Acesso em: 26 maio 2021.

haja o rompimento das resistências e uma adesão mais efetiva das instituições batistas com o movimento ecumênico no Brasil e no mundo.

3.2 Pressupostos para o diálogo

Stephanini (2016, p. 214) cita Bruno Forte que aponta para dez pressupostos básicos para que haja diálogo: . diálogo, sem o que é impossível haver diálogo; escuta, com abertura para ouvir o diferente com amor e respeito; admiração, com o que o outro diz, mesmo que isso cause desorientação e desconforto; linguagem comum, buscando encontrar o outro através da palavra; silêncio, de tal forma a ouvir o outro com calma e reflexão; liberdade, para consigo mesmo e para com o próximo; perdão, libertando-se de toda a mágoa e ressentimento; conhecimento, tanto de si mesmo como do outro; responsabilidade, em relação ao que se pensa e ao que se fala; e convicção, sendo fiel e honesto, em relação ao que crê e aos valores que defende, assumindo sua identidade mais profunda como filho de Deus e pertencente a determinada comunidade de fé.

Para que os batistas avancem no envolvimento com o movimento ecumênico, é indispensável que estejam abertos para o diálogo, observando todos os pressupostos acima mencionados, ainda que isso represente a quebra de paradigmas e cause desconforto na convivência com irmãos e irmãs da própria denominação. Não é possível comunhão sem diálogo e não há diálogo enquanto não se está disposto a sair da zona de conforto e ir em direção ao outro, livre de preconceitos e de amarras institucionais.

3.3 A visão do Reino de Deus

Os batistas brasileiros entendem o Reino de Deus como expressão do domínio de Deus sobre todas as coisas, como estabelece sua declaração doutrinária:

O Reino de Deus é o domínio soberano e universal de Deus e é eterno. É também o domínio de Deus no coração dos homens que, voluntariamente, a Ele se submetem pela fé, aceitando-o como Senhor e rei. É, assim, o reino invisível nos corações regenerados que opera no mundo e se manifesta pelo testemunho dos seus súditos. A consumação do reino ocorrerá com a volta de Jesus Cristo, em data que só Deus conhece, quando o mal será completamente vencido e surgirão o novo céu e a nova terra para a eterna habitação dos remidos com Deus.

Por outro lado, o conceito de Igreja defendido pelos batistas inclui uma dimensão universal, que prevê a união de todos(as) os (as) cristãos(ãs), independente de confissão religiosa. Diz a declaração doutrinária:

Há também no Novo Testamento outro sentido da palavra “Igreja”, em que ela aparece como a reunião universal dos remidos de todos os tempos, estabelecida por Jesus Cristo e sobre ele edificada, constituindo-se no corpo espiritual do Senhor, do qual ele mesmo é a cabeça. Sua unidade é de natureza espiritual e se expressa pelo amor fraternal, pela harmonia e cooperação voluntária na realização dos propósitos comuns do Reino de Deus.

Uma unidade que se expressa pelo amor fraternal, harmonia e cooperação voluntária na realização dos propósitos comuns do Reino de Deus não pode ser entendida fora de um envolvimento efetivo no esforço dos cristãos do mundo todo e de todas as matizes, na proclamação do Evangelho do reino e na implantação do Reino de Deus na terra.

Moltmann é taxativo ao afirmar:

Já que a esperança significa ter força de vida, e já que a vida é vivida em relações abertas, o Reino de Deus será apresentado não de modo abstrato, mas concretamente nas relações vivas do cristianismo. O futuro da Igreja se apresentará apenas por uma Igreja da esperança para outros e com outros. (MOLTMANN, 2013, p. 14).

As igrejas batistas filiadas à CBB valorizam muito o fato de serem agências do Reino de Deus. Que isso seja uma motivação a mais para que caminhem na direção do movimento ecumênico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não signifique que não existam batistas ou até mesmo igrejas batistas que tenham avançado e se mantenham abertas ao diálogo ecumênico, pois cada indivíduo e comunidade batista é livre para viver ecumenicamente a sua fé e sua vida, entretanto o fato é que historicamente a relação dos batistas no Brasil com a questão ecumênica é marcada mais pelo confronto do que pelo diálogo, mais pelos retrocessos do que pelos avanços. No entanto, por todos os motivos elencados nesse artigo, é inevitável que o número de batistas engajados no movimento ecumênico aumente cada vez mais, até que a própria CBB perceba a inevitabilidade de um engajamento maior nesse movimento mundial em favor da unidade dos discípulos e discipulas de Jesus Cristo na vivência e na proclamação dos valores do Reino de Deus, causa comum de todas as comunidades cristãs como testemunha para que o mundo creia em Jesus Cristo como o Filho de Deus e desfrute de comunhão plena com o criador, plano de Deus para toda a humanidade.

A conclusão a que se chega identifica-se com a tese de Moltmann de que “igrejas missionárias, igrejas confessionais, e ‘igrejas sob a cruz’ são ou se tornarão inevitavelmente igrejas-comunhão. Não acabam em isolamento social, mas se tornam uma esperança viva para o povo” (MOLTMANN, 2013, p. 16). Oxalá as igrejas filiadas à Convenção Batista Brasileira percebam em tempo a necessidade de avançar e não retroceder, na caminhada ecumênica. ✨

REFERÊNCIAS

ALIANÇA DE BATISTAS DO BRASIL. **Carta de compromissos e princípios**. Maceió: ABB, 2005. Disponível em: <<https://aliancadebatistas.org/quem-somos>>. Acesso em: 20 maio 2021.

AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: UNIMEP; São Paulo: Exodus, 1996.

BARROS, Odja. Apresentação. In: SILVA, Nilo Tavares. **Do confronto ao diálogo**: o estilo batista de ser e a questão ecumênica no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. p. 13-17.

BASTOS, Levy da Costa; MOLTSMANN, Jürgen. **Um cristianismo de futuro**: possibilidades missionárias para as igrejas de hoje. São Bernardo do Campo: Editeo, 2016.

BEZERRA, Benilton Carlos. **Interpretação panorâmica dos batistas**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1960.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Preservando a unidade do espírito no vínculo da paz**: um curso de ecumenismo. São Paulo: ASTE, 2003.

BROTTO, Julio Cezar de Paula. **O eternamente novo no mesmo evangelho**: implicações teológico-pastorais para a evangelização das tribos urbanas de rosto underground. 2016, 212 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CAMPOS, Leonildo Silveira. **Fundamentalismo e ecumenismo**: exercícios de (in)tolerância. São Leopoldo: CEBI, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. Mayrinkellison Wanderley: um batista na diretoria do CONIC. **Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil**, 8 ago. 2019. Disponível em: <<https://conic.org.br/portal/noticias/3203-mayrinkellison-peres-um-batista-na-diretoria-do-conic>>. Acesso em: 20 maio 2021.

GIBELLINI, Rosino. As memórias de Hans Küng. **Instituto Humanitas Unisinos**, 28 out. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525043-as-memorias-de-hans-kueng-artigo-de-rosino-gibellini>>. Acesso em: 19 maio 2021.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Ut unum sint**: sobre o empenho ecumênico. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

KÜNG, Hans. **Teologia a caminho**: fundamentação para o diálogo ecumênico. São Paulo: Paulinas, 1999.

MIRANDA, Mário de França. O concílio do Vaticano II ou Igreja em continuo aggiornamento. **Pistis e Praxis** - Teologia e Pastoral, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 395-420, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/8774/8429>>. Acesso em: 19 maio 2021.

MOLTSMANN, Jürgen. **A Igreja no poder do Espírito**: uma contribuição à eclesiologia messiânica. Santro André: Academia Cristã, 2013.

NOVAES, Carlos. Vocação para a intolerância: controvérsias e cisões na história dos batistas. In: PINHEIRO, Jorge; SANTOS, Marcelo. **Os batistas: controvérsias e voca o para a intolerância**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012. p. 9-12.

REIS, Aníbal Pereira Reis. **O ecumenismo e os batistas**. São Paulo: Caminhos de Damasco, 1971.

SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. Proselitismo. In: SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto. **As religiões ontem e hoje**. São Paulo: Paulinas, 1982.

SEGURA, Harold. Não ao analfabetismo bíblico. **Ultimato**, Viçosa, n. 307, p. 34-37, jul./ago. 2007. Disponível em: <<https://www.ultimato.com.br/revista/artigos/307/nao-ao-analfabetismo-biblico>>. Acesso em: 30 maio 2021.

SHURDEN, Walter Buddy. **Quatro frágeis liberdades**: resgatando a identidade e os princípios batistas. Recife: MLK, 2005.

STEPHANINI, Valdir. **Aumento de membresia ou reconfigura o eclesial?** Um estudo pastoral sobre Pequenos Grupos em igrejas batistas do estado do Espírito Santo. 2016, 709 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

STEPHANINI, Valdir; BROTTTO, Julio Cezar de Paula. Podem ser considerados protestantes os batistas? **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 58, n. 2, p. 423-435, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/3032/pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

WOLFF, Elias. **A unidade da igreja**: ensaio de eclesiologia ecumênica. São Paulo: Paulus, 2007.

WOLFF, Elias. Concílio Vaticano II: o diálogo na Igreja e a Igreja do diálogo. **Cadernos Teologia Pública**, São Leopoldo, ano 12, v. 12, n. 101, p. 1-23, 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/101_cadernosteologiapublica>. Acesso em: 20 maio 2021.

ZABATIERO, Julio Paulo Tavares. Hermenêutica protestante no Brasil. In: FERREIRA, João Cesário Leonel (Org.). **Novas perspectivas sobre o protestantismo brasileiro**. São Paulo: Fonte Editorial, 2009. p. 131-160.

Recebido em: 31/05/2021.

Aceito em: 07/07/2021.